

Sobre ditaduras, ainda

Rodrigo Elias

Editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional*,
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professor das Faculdades Integradas Simonsen e
do Centro Universitário Carioca (Unicarioca)
rodrigoelias2@gmail.com

O tema da violência de estado é, para além das implicações acadêmicas, cada vez mais urgente. Assunto central para todos os pensadores que se dedicaram à Filosofia e à Ciência Política, de Platão a Agamben, passando por Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Marx, o uso da força sem embaraços pelos operadores das estruturas formais de poder se confunde com a própria teorização sobre a emergência e a função do Estado desde a sua configuração moderna.

É bom registrar, entretanto, que mesmo em um mundo continuamente construído ao longo das últimas décadas do século XX, sem polos de poder muito claramente definidos, conforme sugere a interpretação de Michael Hardt e Antonio Negri na definição do termo “império” (ou de forma desterritorializada, como caracteriza Z. Bauman), as tomadas de decisão dentro do âmbito estatal em diversos contextos geo-históricos recentes e seus impactos sobre a vida de amplos setores da sociedade têm demonstrado a atualidade da matéria no debate público. Torna-se, desse modo, fundamental observar a experiência do século passado e questionar as heranças dolorosas – e muitas vezes ocultadas – que ainda estão, mesmo que pela memória, incrustadas no presente.

Longe de fazer uso simples do complexo caldo histórico (e memorial) do século que viu a catástrofe, evitando assim o erro muito comum de ligar genética e fatalmente presente e passado, jovens e experientes historiadores e historiadoras lançam olhares diversos sobre questões que tocam nos vivos e nos mortos. Abordam, entre outros aspectos, as configurações culturais – e ideológicas – do fascismo, dos tratamentos institucionais dados aos escombros das ditaduras latino-americanas, das dores e das disputas narrativas a propósito de fragmentos latentes de passado.

Resultado de um projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense a partir de 2008, o livro organizado pelas historiadoras Samantha Quadrat e Denise Rollemberg é dividido em dois volumes, totalizando 812 páginas, com textos organizados tematicamente. No primeiro volume dessa obra coletiva, os capítulos estão agrupados nas temáticas “Memória e história: historiografia”, “Consenso”, “Militares”, “Intelectuais” e “Instituições”. No segundo, os temas gerais são “Propagandas e comemorações”, “Jovens e ditaduras”, “Violência”, “Disputas de memória” e “O ensino das ditaduras”. Assim, sem uma divisão clara entre textos dedicados exclusivamente à história ou à memória, a própria organização sugere uma inter-relação entre as duas dimensões dos tratamentos possíveis em relação ao passado.

Há textos fundamentais, como a discussão didática e erudita que Enzo Traverso faz no primeiro volume sobre as caracterizações do fascismo – do suposto aspecto “revolucionário” ao anticomunismo. Esclarecedor, o artigo percorre a historiografia clássica sobre a emergência do fenômeno fascista no século XX (e mesmo suas raízes anteriores), demonstrando inclusive a convergência, na primeira metade da centúria passada, entre o fascismo e o liberalismo, bem como a oposição de ambos ao comunismo.

Marcos Napolitano, historiador que tem se dedicado há décadas ao estudo das representações culturais sob o regime ditatorial brasileiro e que nos últimos anos produziu sínteses exemplares sobre o período, assina uma reflexão de leitura obrigatória para aqueles que estudam contextos políticos conflagrados. Intitulado “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”, o texto se propõe a investigar o período pós-ditadura no país a partir do processo de construção de consenso. Para isso, avalia a forma como a sociedade brasileira tem lidado ao longo dos últimos anos com os crimes da ditadura. Entre outras virtudes, o texto de Napolitano é feliz ao elaborar uma espécie de cartografia da memória sobre o nosso último período de exceção, oferecendo assim uma ferramenta que permite abordar de forma mais complexa as representações políticas sobre o período a partir de “militares, liberais e esquerdas”.

Outra reflexão instigante é a de Francisco Carlos Palomanes Martinho a respeito da memória do salazarismo no Portugal recente. O historiador oferece um panorama da memória política lusitana atual a propósito da eleição do ditador como “O grande português” em concurso promovido pela TV estatal daquele país em 2007, desbancando barbadas como Camões e Vasco da Gama (que, aliás, ficou na lanterna). O artigo de Palomanes Martinho não só descreve o processo de escolha como reflete sobre a reação imediata ao evento, com uma série de protestos, abaixo-assinados e artigos na imprensa – segundo o autor, consequências improváveis no caso da vitória de alguma outra personalidade. Para o historiador, o fato de que a consagração via concurso televisivo tenha recaído justamente sobre Salazar, símbolo de um “regime derrotado por uma revolução, que abriu as portas para o Portugal contemporâneo” (Vol. 1, p. 130), despertou uma reação de ampla repercussão. Importante notar, inclusive

em uma perspectiva comparativa em relação a outros contextos nacionais, o descompasso entre a memória construída dentro da própria comunidade profissional dos historiadores ou da academia em geral, por um lado – por exemplo, ao se questionar a natureza deste tipo de concurso e a própria concepção de História heroica e personalista ali embutida –, e a forma como a sociedade em geral representa o passado político recente – aliás, o que não só é relevante para a análise dos processos intrincados de construção das memórias, mas é um elemento fulcral para a compreensão da instauração e da própria sobrevivência de regimes classificados como ditatoriais ao longo do século XX.

Em outro artigo ligado à questão das comemorações, Janaina Martins Cordeiro aborda o contexto ditatorial brasileiro em 1972, época na qual o regime instaurado em 1964 celebrava a independência do país. O texto é de grande interesse por vários motivos, entre eles a recuperação de um momento crucial no passado ditatorial brasileiro e a relação entre o regime e o conjunto da sociedade (ou partes significativas desta). Tema que tem sofrido revisão nos últimos anos, a relação entre Estado e governo autoritário aparece no texto de forma complexa, na medida em que a administração Médici procura estabelecer, a partir de uma série de eventos comemorativos que transcorreram no ano do Sesquicentenário da Independência, uma identidade entre Estado, governo e povo. A descrição dos preparativos e das realizações daquele ano, por si só riquíssima e de grande valia para os interessados, é acompanhada no artigo de uma interpretação sofisticada acerca dos sentidos atribuídos aos mesmos a partir do cotejo das iniciativas oficiais com memorandos, crônicas jornalísticas e diversas reações do público. A eleição de heróis nacionais como Tiradentes e D. Pedro I – cujos restos mortais foram objeto de verdadeiro culto cívico em todo o país naquele ano –, a afluência de populares às cerimônias, as festas esportivas e os discursos oficiais na época do *milagre econômico* marcaram a criação e o reforço da narrativa de um país que não era mais *do futuro*, como havia prefigurado Zweig três décadas antes, mas que se afigurava como uma potente realidade presente – vinculada, é certo, a valores projetados no passado.

Aquela mesma década viu a violência ditatorial em países vizinhos do Brasil, como a Argentina. A Copa do Mundo de futebol de 1978, realizada naquele país sob autoritarismo militar, também serve de oportunidade para a discussão de diversas leituras sobre o sentido do evento como lugar de disputa política – objeto de artigo assinado por Livia Gonçalves Magalhães. A reflexão de Magalhães, aliás, oferece a leitores de outros contextos espaço-temporais *insights* importantes para a consideração de sentidos políticos atribuídos aos mais diversos fatos socioculturais, como pode ser um grande evento esportivo. O objetivo manifesto da reflexão da autora é analisar três grandes tendências na memória nacional argentina acerca daquele objeto histórico. A primeira seria a condenação de qualquer tipo de participação naquele episódio, participação que seria interpretada, dentro desta visão, como um endosso ao regime ditatorial. Uma segunda visão tradicional sobre o assunto trataria a competição esportiva como um campo autônomo, independente da esfera política

estatal, de modo que não se poderia acreditar em um nexos entre a vitória do time nacional argentino e a ditadura então implantada no país, ou mesmo alguma relação entre o evento esportivo e qualquer significação política relevante. Uma terceira visão, mais recente e crescentemente adotada, informa a historiadora, conceberia um sentido político inverso àquela primeira interpretação: o futebol, manifestação cultural e social ligada ao povo, seria, naquele contexto, um lugar de resistência contra o regime, sendo a festa popular argentina naquela ocasião uma verdadeira provocação à ditadura. Interessante notar, ainda no que diz respeito às representações daquele período acerca da realização da Copa do Mundo, a forma como o governo argentino reagiu às denúncias promovidas por organismos internacionais em relação à violência de Estado praticada no país. A postura do governo Carter nos Estados Unidos (1977-1981), comprometido em apoiar as demandas relativas aos direitos humanos no plano internacional, bem como campanhas promovidas por organizações como a Anistia Internacional, foi recebida pela ditadura como uma “campanha anti-Argentina” orquestrada por inimigos externos que deveriam ser combatidos – ou, no mínimo, ignorados. É curioso observar – embora não seja objeto do texto em tela – que as críticas referentes ao desrespeito aos direitos humanos em contextos festivos ou comemorativos vinculados a estruturas estatais não são descartadas como sendo antipatrióticas por setores ligados ao controle do Estado apenas em governos ditatoriais (basta, para tal, observar os usos entre nós do neologismo *viralatismo*).

Especialmente instigante é a seção “O ensino das ditaduras”, que reúne quatro capítulos acerca da difícil tarefa de tratar das histórias e das memórias – dolorosas, implícita ou explicitamente – de regimes ditatoriais. O texto de Verena Alberti, por exemplo, de utilidade pública, trata do tema e traz para a discussão nacional dilemas que têm sido enfrentados em outras paragens acerca do ensino de assuntos controversos (ou “temas sensíveis”), iluminando o necessário debate brasileiro sobre o tratamento do passado ditatorial recente. Grande especialista no campo da história oral, Alberti recupera experiências estrangeiras, como aquela desenvolvida na Grã-Bretanha a partir de um relatório produzido em 2007 pela Historical Association, que, entre outras recomendações, favorece o uso de narrativas individuais como forma de criar engajamento pessoal dos alunos em relação a determinados tópicos. Entretanto, a historiadora chama atenção para o fato de que a simples sensibilização do público em relação aos assuntos controversos não basta: é preciso oferecer a ele a oportunidade de descobrir a complexidade de temas extremos como o holocausto nazista ou a escravidão, por exemplo. Embora seja um caminho relativamente fácil o simples julgamento e a separação de agentes históricos como “bons” ou “maus”, a tarefa do professor ou da professora deve ser o de restituir a complexidade dos contextos históricos, ultrapassando a visão binária e maniqueísta que pode acabar por obliterar a construção de uma compreensão histórica. Em um contexto como o brasileiro, cuja democracia representativa foi reinstaurada há apenas três décadas, os temas políticos da história recente são necessariamente controversos –

o que é agravado pelas profundas desigualdades sociais e pela dificuldade de estabelecimento de uma esfera pública de discussão, tendo em vista a estrutura pouco diversificada da nossa imprensa. As pistas fornecidas pela reflexão de Alberti são de grande valia tanto para quem atua em sala de aula como para quem lida com temas históricos em geral, em contato com o público mais amplo.

A despeito de todos os méritos de uma obra coletiva de fôlego que é capaz de integrar estudos tão diversos, com reflexões acerca do Brasil, da Alemanha, da Itália, da Argentina, da Espanha, de Portugal, do Uruguai e do Chile, há pontos que poderiam ter sido mais bem abordados. O principal, a meu ver, seria uma reflexão sobre o próprio conceito de “ditadura” e o seu uso para o contexto do século XX. Há, como se sabe, uma longa tradição de reflexão sobre o tema, sendo tema clássico na Ciência Política – dos usos originais do termo na Antiguidade, sua recuperação na Época Moderna e sua consagração contemporânea a partir de um contraponto teórico à ideia de democracia. Tal preocupação, se presente ao menos na apresentação desta obra (apresentação brevíssima que acaba por se ater ao tema já recorrente em vários dos textos acerca da especificidade da memória), poderia esclarecer para o público leitor a ausência no livro de estudos, por exemplo, de menção sobre a “ditadura revolucionária” de Lenin ou mesmo sobre a “ditadura totalitária” de Stálin, bem como a exclusividade de reflexões ancoradas em episódios europeus e latino-americanos. É claro que uma problematização da noção de ditadura – que não se restringe ao autoritarismo – perpassa vários dos artigos e ajuda a compreender melhor uma percepção relativamente recente da historiografia em relação ao amplo apoio social de diversos regimes ditatoriais, mas um texto que tratasse explicitamente da questão seria de grande utilidade para os estudiosos e, sobretudo, para os leitores em geral.

As faltas pontuais, entretanto, não retiram nenhum dos muitos méritos da obra, que é bem-vinda e que provavelmente encontrará boa acolhida no ambiente acadêmico nacional, enriquecendo o debate sobre o passado político e contribuindo para uma visão mais rica sobre os processos históricos do século XX.

Recebido em: 23/07/2016

Aprovado em: 20/08/2016